

Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas*

Giovanni Raimundo de Macedo

Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Agroambientais – NEPAM
Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Endereço profissional: Av. General Milton Tavares de Souza, s/n, Campus da Praia Vermelha Niterói, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 24.210-346. Telefone: (21) 2629-5967
Endereço eletrônico: giovannimacedo@hotmail.com

Jacob Binsztok

Doutor Geografia Humana pela USP (1997)
Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da UFF
Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Agroambientais – NEPAM
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF
Endereço eletrônico: jacob.binsztok@terra.com.br

Resumo

O associativismo dos agricultores familiares dedicados à cafeicultura orgânica em Rondônia, foi incentivado pela Diocese de Ji-Paraná, preocupada com o avanço do desmatamento, contaminação da água, solos e pelo grande número de doenças provenientes das condições precárias de saneamento das comunidades. As lideranças investiram no fortalecimento das associações, no cultivo orgânico e no comércio justo, como forma de preservar a biodiversidade, reduzindo os efeitos da comercialização monopolista, incentivando procedimentos alternativos de saúde pública e contribuindo para o aumento da qualidade de vida e da geração de renda dos agricultores familiares. No entanto o processo apresenta diferenciações, pois algumas associações adotaram procedimentos empresariais, e outras se mantiveram nas práticas camponesas. Elaboramos um balanço mostrando estas diferenciações e os avanços e dilemas com que se defrontam as associações dedicadas ao cultivo do café orgânico e ao comércio justo, como também propostas visando à resolução de problemas enfrentados por estas organizações localizadas na Amazônia, particularmente no Centro de Rondônia.

Palavras-chave: associativismo; cafeicultura orgânica; centro de Rondônia; comércio justo; agricultura familiar.

Resumen

Asociaciones de los agricultores familiares, cultivo del café orgánico y al comercio justo en la Amazonia: dilema & perspectiva

El asociativismo de los agricultores familiares dedicados al cultivo del café orgánico em Rondonia, fue incentivado por la Diócesis de Ji-Paraná, preocupada con el avance del

* Este trabalho está inserido no Projeto de Produtividade de Pesquisa, financiado com recursos do CNPq, Processo nº 301997/2004-7 – “A Organização Sócio-Espacial do Campesinato em Cacoal, na Fronteira Agrícola da Amazônia Meridional”.

desmatamiento, con la contaminación del agua, de los suelos y por el gran número de enfermedades provenientes de las precarias condiciones de saneamiento de las comunidades. Las lideranzas invistieron en el fortalecimiento de las asociaciones, en el cultivo orgánico y en el comercio justo, como forma de preservar la biodiversidad, reduciendo los efectos de la comercialización monopolista, incentivando procedimientos alternativos de salud pública y contribuyendo para el aumento de la calidad de vida y de la generación de ingresos de los agricultores familiares. Sin embargo el proceso presenta diferenciaciones, pues algunas asociaciones adoptaron procedimientos empresariales, y otras se mantuvieron en las prácticas campesinas. Elaboramos un balance mostrando estas diferenciaciones los avances y dilemas con que se defrontan las asociaciones dedicadas al cultivo del café orgánico y al comercio justo, como también propuestas visando la resolución de problemas enfrentados por estas organizaciones localizadas en la Amazonia, particularmente en el Centro de Rondonia.

Palabras clave: asociativismo; cultivo del café; centro de Rondonia; comercio justo; agricultura familiar.

Summary

Family farmer associations, organic-coffee growing and fair-trade in Amazonia: dilemmas and opportunities

Concerned about advancing deforestation, water and ground contamination, and the spread of disease due to precarious sanitation conditions, the Ji-Parana Diocese instigated the collective action of family farmers engaged in organic-coffee growing in central Rondonia state, in the Amazon region of Brazil. Leaders invested in mobilizing their associations and reinvigorated organic cultivation and fair trade marketing as a means of preserving biodiversity, reducing monopolistic commercialization, creating alternative public health procedures, and improving the standard of living of family farmers. Nevertheless, the organization process also produced differentiation among farmers. Some associations adopted agri-business practices while others preserved peasant practices. The article uses scales to demonstrate the differentiation process and the dilemmas and opportunities faced by the associations that remain dedicated to organic-coffee and fair-trade.

Keywords: Collective action; organic-coffee growing; central Rondonia; fair-trade; family farmers.

Apresentação

Rondônia é constantemente lembrada por notícias negativas, como incêndios provocados por queimadas devastando grandes áreas da floresta, conflitos violentos em reservas da FUNAI, colocando garimpeiros e indígenas em luta por diamantes, noticiários sobre as tensões fundiárias envolvendo posseiros, indígenas, fazendeiros e grileiros que provocam inúmeras vítimas, como também a libertação de trabalhadores encontrados em precárias condições, submetidos a um regime de semi-escravidão, revelando a gravidade das relações do trabalho na Amazônia Meridional.

No entanto, é relativamente pouco conhecida a presença de camponeses provenientes de diversos pontos do país, que se dedicaram à lavoura do cacau, olericultura, pecuária de corte e leite, e principalmente a cafeicultura. A presença destes agricultores tentou colocar

Rondônia em uma nova rota de expansão da cafeicultura, ao lado do sul do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia.

Ao contrário das antigas áreas de produção cafeeira do sudeste, onde predomina a variedade “arábica”, em Rondônia foi implantado o “conillon”, em virtude de apresentar maior tolerância à temperatura e pluviosidade elevada, típicas da Amazônia. Esta variedade não é utilizada no consumo direto, atendendo prioritariamente a indústria de café solúvel, e a fabricação de tintas, sendo comercializada para vários pontos do país e também para os Estados Unidos, União Européia e Japão.

A importância do produto na economia de Rondônia, mostra a inserção do estado na cafeicultura nacional, atingindo uma produção estimada entre 35% a 40% do país. Recentemente a cafeicultura orgânica e o comércio justo foram implantados principalmente em Ji-Paraná e Ouro Preto D’Oeste, mediante o apoio de setores vinculados a Igreja Católica e de organizações internacionais. A iniciativa permitiu a construção de uma unidade de beneficiamento de café localizada em Ji-Paraná, que privilegiava o mercado internacional e paulatinamente também está se vinculando ao mercado interno.

Origens da colonização

Analisando o processo de colonização implantado pelo INCRA nos anos 70, verificamos que o Regime Militar utilizou dois instrumentos para viabilizar a ocupação dos chamados “vazios demográficos” de Rondônia. Inicialmente, priorizaram a consolidação da Br 364, principalmente no trecho Cuiabá/ Porto Velho, direcionando para a Amazônia o fluxo de camponeses expropriados pela modernização agrícola ocorrida nas regiões Sul e Sudeste do país. Posteriormente foram implantados os Projetos Integrados de Colonização (PIC), que ocuparam uma faixa de 100 Km de cada lado da Br 364, repartida em lotes de aproximadamente 100 ha, distribuídos pelo INCRA para atenuar os inúmeros focos de tensão existente em diferentes pontos do espaço agrário do país. Em nossa opinião, a Br 364 e o Projeto Integrado de Colonização (PIC) cumpriram suas finalidades geopolíticas, pois criaram novas esferas de poder local e contribuíram para a construção de uma nova ordem territorial em Rondônia, embora promovendo grandes depredações dos recursos naturais no estado.

A publicidade oficial sobre a distribuição dos lotes atraiu um notável fluxo de migrantes para as imediações dos maiores Projetos Integrados de Colonização (PICs), representados pelo de Ouro Preto e Ji-Paraná, fazendo com que o INCRA atendendo as diretrizes do Regime Militar, diluísse as reivindicações dos movimentos de luta pela Reforma Agrária, disponibilizando 500.000 ha. para o atendimento de 5.000 famílias em cada projeto no Centro de Rondônia.

Com o objetivo de reduzir tensões no meio rural, decorrente do processo de modernização “conservadora”, o Governo Militar, por intermédio do INCRA, assumiu também a distribuição de lotes urbanos e a construção de vilas, privilegiando os cruzamentos das linhas de produção agrícola com a Br 364, lançando desta forma os marcos urbanos que irão se constituir nos futuros municípios do centro do estado e contribuir para a consolidação da fronteira agrícola da Amazônia Meridional.

Estrutura da agricultura familiar

Os migrantes são em grande parte originários de duas comunidades do Espírito Santo. A majoritária composta de descendentes italianos e a outra é formada de descendentes alemães (pomeranos), de credo luterano, ambas provenientes de municípios do norte capixaba como: São Gabriel da Palha, Linhares, Colatina, Vila Pavão, Nova Venécia, Afonso Cláudio e Barra de São Francisco. Também, encontramos grupos paranaenses provenientes de municípios como Cruzeiro do Oeste, Céu Azul, Vera Cruz e Toledo (KEMPER, 2002).

Os produtores em seus locais de origem foram atingidos pelas medidas do “Programa de Erradicação dos Cafezais” (1962-1967) executadas pelo IBC/GERCA (Instituto Brasileiro do Café/ Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura) que recomendava a erradicação de cafezais de baixa qualidade, considerados improdutivos e apontados como responsáveis pela baixa produtividade do produto no país. A erradicação no Espírito Santo atingiu cerca de 230 milhões de pés de café, transformando áreas anteriormente ocupadas pelo produto em pastagens, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do movimento migratório para Rondônia.

Paralelamente à cafeicultura encontramos lavouras de cacau que anteriormente ocupavam significativas áreas do município de Cacoal, cultivado por produtores provenientes do Espírito Santo e do Sul da Bahia, geralmente não descendentes de italianos e de alemães. A cultura foi relegada a um plano secundário, e denominada de “agricultura de baiano”. Segundo alguns pesquisadores, esta região pode ter sido o principal foco irradiador da “vassoura-de-bruxa” na década de 90, que devastou numerosas plantações no Sul da Bahia e no Espírito Santo, atingindo a Costa do Marfim, na África, e a América Central. Este quadro fez com que o país perdesse a condição de um dos principais produtores mundiais, chegando a importar o produto. A partir do final dos anos 90, com a praga controlada pela CEPLAC/Bahia (Comissão Executiva e Planejamento da Lavoura Cacaueira), verificou-se sinais de recuperação do produto. O estado de Rondônia apresenta grande significado para esta revitalização, pois no município de Ariquemes localiza-se a Estação da CEPLAC que possui um dos maiores bancos genéticos de cacau no mundo.

A presença da policultura típica da produção camponesa é facilmente constatada em grande número de propriedades produtoras de café, onde encontramos a horticultura representada pela produção de alface, agrião, tomate, entre outros; a fruticultura produzindo manga, coco e abacaxi; e o cultivo de cereais como feijão, arroz e milho, e ainda a criação de galinhas caipiras, perus e porcos. Segundo informações da EMATER/Ro esta policultura, ressaltada por BINSZTOK (2003) é responsável pelo abastecimento de supermercados e feiras livres diárias, oferecendo produtos de baixo custo para a população chegando a formar um “cinturão verde” para o abastecimento das cidades.

As relações de trabalho familiar são importantes para a viabilização da unidade de produção camponesa, principalmente no que se refere ao papel desempenhado pelos meeiros, que se constitui em uma tradicional prática encontrada nas regiões produtoras de café. Os meeiros são provenientes, em grande parte de Minas Gerais, Espírito Santo e de São Paulo, trabalhando mediante o Contrato de Parceria Agrícola previsto no Estatuto da Terra, que estabelece a cota de 50% da lavoura comercial como o pagamento para o proprietário da terra. Os produtos provenientes da “lavoura branca”, como mandioca, milho e feijão são disponibilizados integralmente para a subsistência dos meeiros, e com os excedentes comercializados nas feiras populares.

O trabalho temporário é utilizado pelos proprietários e meeiros nos meses de abril, maio, junho e julho, período da colheita do café, mobilizando trabalhadores de localidades próximas, empregadas domésticas e menores de idade, enfim uma verdadeira corrida para a safra do produto, geralmente com remuneração estipulada entre R\$ 20,00 a 30,00 o dia de trabalho.

Na pecuária são encontradas duas modalidades de meeiros: a primeira constituída pelo produtor sem terra, remunerado pelo peso adicional da engorda sob sua responsabilidade; a

segunda pelo meeiro com terra, que recebe um novilho do pecuarista e divide o lucro. Em ambas a produção do leite pertence integralmente ao meeiro.

Em relação às linhas de créditos, os meeiros são beneficiados por recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os pequenos proprietários são atendidos pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e pelo Rural-Rápido, que contemplam empréstimos situados na faixa de 1.000 a 5.000 reais, financiados exclusivamente pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia S.A. (BASA). Atualmente, os pequenos produtores só perdem suas terras por dívidas caso constem como garantia hipotecária. Este procedimento comprova que a atual fase do desenvolvimento capitalista no campo não está interessada em expropriar a terra e sim se apropriar da renda da terra por intermédio da exploração do trabalho dos agricultores familiares.

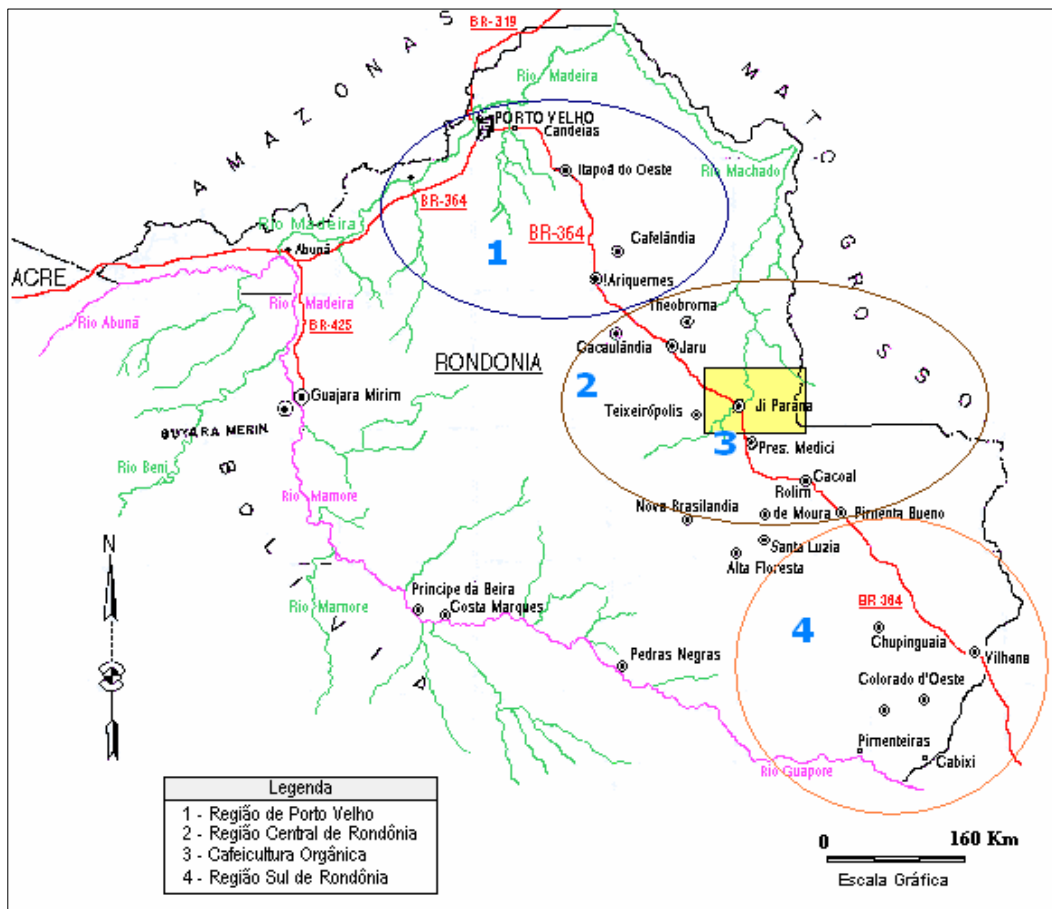
Na atual conjuntura são indispensáveis às iniciativas de instituições públicas e privadas, urbanas ou rurais, visando à implantação de micro e pequenos empreendimentos, na medida em que foram constatados sinais de uma crise no setor produtivo-industrial regional, iniciada com o fechamento de uma fábrica da Coca-Cola, transferida para Manaus, que eliminou cerca de 500 postos de trabalho no município de Cacoal, mostrando que somente a atividade industrial não atende a questão da geração de emprego e renda nas áreas de fronteira agrícola.

O associativismo dos produtores familiares e a cafeicultura orgânica

O advento do associativismo dos agricultores familiares dedicados à cafeicultura orgânica no centro de Rondônia, foi incentivado pelos setores progressistas da Igreja Católica, vinculados aos movimentos sociais rurais liderados principalmente pelo bispo Dom Antônio Passamai, responsável pela Diocese de Ji-Paraná. As lideranças comunitárias preocupadas com o avanço do desmatamento, contaminação da água e do solo por agrotóxicos, e pelo grande número de doenças provenientes das precárias condições de saneamento básico das comunidades locais, decidiram investir no fortalecimento das organizações dos agricultores familiares, como forma de preservar a biodiversidade, as práticas de cultivos orgânicos, os procedimentos alternativos de saúde pública e de saneamento básico, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da geração de emprego e renda para a população.

A pesquisa mostrou as diferenças entre as organizações de agricultores familiares orgânicos e de comércio justo, destacando as que se vincularam a uma lógica empresarial, e as que se mantiveram nos limites das práticas camponesas. Verificamos que as associações que privilegiaram a lógica empresarial tornaram-se dependentes dos mercados comandados pelas grandes corporações, enquanto as que se mantiveram nos limites das práticas camponesas ficaram restritas a mercados de reduzido porte. Realizamos um balanço, ressaltando os avanços e os limites com que se defrontam as organizações de agricultores familiares dedicadas ao cultivo do café orgânico e o comércio justo no centro de Rondônia, mostrando que apesar destas contradições, estas conseguiram estabelecer um contra ponto com o avanço da soja e da pecuária ao sul e dos grandes projetos hidroelétricos ao norte do estado. (Mapa 1)

Mapa 1: A localização da cafeicultura orgânica no território do Estado de Rondônia



Fonte: Governo de Rondônia, Sedam, 2005
 Organização: Jacob Binsztok e Giovanni de Macedo, 2006

A importância da Diocese de Ji-Paraná no incentivo às atividades das associações dos agricultores familiares, é observada pelo grande número de organizações fomentadas por esta instituição, e também pela relevância dos projetos executados em parceria com entidades internacionais, como por exemplo, a MISEREOR/ KZE, agência de cooperação, que recolhe doações de comunidades católicas alemãs para serem distribuídas a comunidades carentes de países em desenvolvimento.

Um dos projetos mais importantes coordenados pela Diocese e apoiadas pela MISEREOR/KZE, é o do Padre Ezequiel, fundado em 1989, homenageando o religioso colombiano, assassinado em 1985 em um conflito de terras na fronteira de Rondônia com Mato Grosso. Por intermédio de um fundo rotativo, funcionando como micro-crédito, inspirado pelo ideário da economia solidária de Mohamed Yunus, seguido por SINGER e SOUZA (2003), onde são financiados equipamentos destinados ao beneficiamento de produtos agrícolas, construção de viveiros agro-florestais comunitários e também de pequenos engenhos de cana-de-açúcar. O fundo atendeu cerca de 200 iniciativas demandadas pelos agricultores familiares, até o presente momento. No setor de saúde são organizados cursos da Escola de Homeopatia, Florais de Bach e Homeopatia Aplicada a Agropecuária, estas atividades privilegiam o tratamento curativo e preventivo de doenças por intermédio da medicina alternativa, ressaltando a utilização de métodos holísticos, valorizando e resgatando o conhecimento popular.

Na área de educação de jovens e adultos, o projeto incentiva a Escola de Formação Popular, para grupos de classes sociais de baixa renda, onde são ministrados 3 módulos, durante 3 anos de práticas destinadas a orientar, planejar, executar, acompanhar, monitorar e avaliar ações referentes à vida familiar e comunitária. Estas iniciativas estão presentes na maioria dos 28 municípios pertencentes à jurisdição da Diocese de Ji-Paraná.

Na linha da implantação da agricultura orgânica e resgate de práticas camponesas, a Diocese é parceira da Organização Não-Governamental, Terra Sem Males, sediada em Ji-Paraná, que atende cerca de 40 agricultores familiares, distribuídos por 14 municípios, incentivando principalmente a produção do café, pecuária leiteira e olericultura. As práticas da agricultura orgânica são realizadas mediante a utilização de adubação verde e do cultivo de espécies que restabeleçam o equilíbrio microclimático de áreas degradadas pelo intensivo desmatamento, no centro de Rondônia.

Preocupada em atenuar os efeitos desta devastação dos recursos naturais, particularmente grave nesta região, e também com o intuito de melhorar as condições sociais, a organização investiu no resgate de práticas camponesas priorizando o trabalho comunitário, como o "mutirão", que apresenta problemas de continuidade, em virtude da especialização ocorrida principalmente na pecuária, impedindo a reciprocidade que caracteriza esta modalidade de participação coletiva, fundamental para a reprodução de práticas camponesas.

A obtenção de um certificado de qualidade para os produtos, embora importante para a agricultura orgânica e para a lógica empresarial, não é uma prioridade da Terra Sem Males, que privilegia a importância do campesinato na preservação ambiental. Assim, a organização participa na formação de um educador agro-florestal, comprometido com o manejo sucessivo das seguintes espécies: café, cacau, seringa, cedro, pimenta, teca, ingá, mamão, pimenta-do-reino e embaúba. A organização atua na região com três técnicos, recebendo apoio internacional da Agência Católica de Desenvolvimento Inglesa (CAFOD), que periodicamente visita as unidades produtoras.

A Diocese apoiou a fundação das Associações de Ajuda Mútua, como a Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua (ACARAM), precursora da Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (COOCARAM), que inicialmente contou com a ajuda de instituições holandesas e atualmente reúne 18 associações envolvendo cerca de 2000 agricultores familiares.

A cafeicultura orgânica de Rondônia acompanha em linhas gerais os movimentos contraditórios e desiguais, que caracterizam o desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro. De um lado, as iniciativas realizadas pela Igreja, contando com o incentivo de grupos progressistas locais e de entidades filantrópicas católicas européias, voltadas principalmente para o resgate de práticas camponesas, como o trabalho solidário e a valorização do saber tradicional. De outro, verificamos o envolvimento dos agricultores familiares com corporações multinacionais, empregando técnicas de *marketing* em parceria com a Cia. Cacique de Café Solúvel, maior exportadora mundial do produto, que adquire parte da produção da Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (COOCARAM), reeditando antigos métodos utilizados pelo capital monopolista industrial, na apropriação do trabalho familiar.

O interesse das grandes corporações em participar da cafeicultura orgânica e do comércio justo no país, não se restringe somente a Rondônia. Pode ser ainda observado pela presença do Grupo Odebrecht, que atua junto aos agricultores familiares no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia. Esta iniciativa obteve o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que exige o enquadramento da produção às exigências de Certificados, como ISO 9000, ISO 1400, S.A 8000 e 750.500, inacessíveis a realidade da grande maioria dos agricultores familiares do país. Estas exigências somente podem ser cumpridas pelas grandes corporações, que por intermédio destes certificados conseguem se apropriar de grande parte da renda gerada pelos agricultores familiares.

A presença das grandes corporações na cafeicultura orgânica pode colocar em dificuldades os agricultores familiares, pois, são instituições altamente capitalizadas que obedecendo à lógica da grande empresa, podem de forma abrupta encerrar suas atividades, transferindo-as para setores e locais mais lucrativos. No entanto, as grandes corporações, em função dos elevados custos, não conseguem ser mais resistentes do que os agricultores familiares às sucessivas crises sofridas pela cafeicultura no país.

A volatilidade das grandes corporações pode ser constatada, quando observamos que em virtude do baixo custo da variedade “robusta” produzida no Vietnã, grupos empresariais pressionaram o governo para autorizar a importação do produto, alegando que a produção nacional estava perdendo competitividade no mercado mundial. A possível autorização para essas importações coloca em grave risco a produção da variedade “robusta” no país.

Segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o valor agregado desta variedade para a fabricação do solúvel é elevado, correspondendo a quinze vezes mais, que o preço do produto em grão. O fato mostra a importância da cafeicultura de Rondônia. Ao contrário da variedade “arábica”, que necessita de altitudes mais elevadas para ser cultivada, e que pode ser consumida de maneira direta, a “robusta”, se adapta às áreas planas e chuvosas, e em virtude do seu maior teor de acidez é beneficiado para fabricação de “blends”, destinados ao consumo final (FREDERICO e CASTILLO, 2004).

A Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil estima em 120.000 sacas a produção de café orgânico certificada em 2005 no país, dos quais 100.000 serão destinadas ao mercado externo, comprovando a fragilidade do mercado interno no consumo do produto. Além de promover práticas ambientalistas, como o aproveitamento de matéria orgânica como adubo em substituição aos insumos químicos, os produtores organizados nas associações alternativas, podem obter um produto de excelente qualidade, como atestam os agricultores orgânicos classificados no Concurso de Qualidade promovido pela BSA – Brazil Specialty Coffee Association, mostrando que os cafés especiais podem conseguir um adicional de 15 a 150 % do preço fixado no mercado local.

As entrevistas realizadas com os técnicos da EMATER-Ro mostraram a presença de 35 (trinta e cinco) Associações de Produtores Rurais concentradas principalmente nas linhas de produção 9, 10 e 11 do município de Cacoal. Na Associação Rural e Comunitária Canaã de Desenvolvimento Econômico-Social e Proteção Ambiental, estão cadastradas cerca de 20 (vinte) associações que recebem recursos para a execução de projetos, e que igualmente recebem assistência técnica e extensão rural da EMATER-Ro. A Associação Canaã é apoiada por políticos e líderes evangélicos que por intermédio das emendas parlamentares no Orçamento da União, conseguem obter recursos junto ao Governo Federal.

O referido quadro comprova o intenso movimento associativista que envolve os agricultores familiares no centro de Rondônia. As associações, no entanto, não são unidas, o que dificulta a solidariedade dos associados em relação aos problemas que precisam ser enfrentados. Uma das questões mais difíceis de serem equacionadas refere-se às dificuldades que as Associações enfrentam em relação à comercialização dos produtos, notadamente o café, pois são impedidas de realizar legalmente operações comerciais ficando submetidas às exigências impostas pela cadeia monopolista de intermediários.

Outra questão relevante refere-se às dificuldades que as associações enfrentam para a constituição de cooperativas. Para os técnicos da EMATER, alguns produtores teriam sofrido perdas no Espírito Santo, na Cooperativa de São Gabriel da Palha, tornando-se refratários à formação de novas instituições pautadas pelo método cooperativista. Alguns produtores nos informaram que ainda possuem os títulos da referida cooperativa, que apesar de não mais realizarem transações os documentos ainda continuam válidos.

Trajatória do comércio justo e da economia solidária: avanços e limites

Analisando a trajetória do comércio justo, GRÜNINGER e URIARTE (2002) ressaltaram a origem do chamado *fair trade*, que a partir na década de 60, com o objetivo de auxiliar pequenos produtores pobres e isolados comercialmente, mobilizou grupos de europeus e norte-americanos, pertencentes a instituições filantrópicas e de consumidores, para inserir estes produtores no mercado.

Estes autores destacaram a falta de oportunidades econômicas dos pequenos produtores de países pobres em relação ao acesso ao capital, mercados e informação, como também a sua vulnerabilidade às flutuações de preços e a apropriação de grande parte do seu trabalho pelas redes de intermediários locais e internacionais. Este quadro retrata com fidelidade a problemática dos agricultores familiares dedicados à cafeicultura em Rondônia.

O comércio justo pode ser visto como uma parceria entre produtores e consumidores que trabalham para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros, para aumentar o seu acesso ao mercado e para promover o processo de desenvolvimento sustentado.

Procurando acrescentar a dimensão política e ambiental ao comércio justo, SAMPAIO e FLORES (2002) mostraram a necessidade de incentivarem formas de empoderamento dos agricultores familiares, trabalhadores assalariados e produtores, que estão em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio.

Uma das formas de empoderamento mais importantes no centro de Rondônia é realizado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia (FETAGRO), que prioriza a inserção de gênero, pois, segundo decisão da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), trinta por cento dos cargos das diretorias dos sindicatos filiados, são obrigatoriamente preenchidas por mulheres provenientes das associações de agricultores familiares. Esta atitude está possibilitando uma mudança na gestão das associações, na medida em que um número razoável de mulheres está paulatinamente assumindo a direção destas organizações, prerrogativa anteriormente concedida somente aos trabalhadores do sexo masculino.

O empoderamento promovido pela FETAGRO contempla a terceira idade e também jovens agricultores, reservando 10% dos cargos de diretoria dos sindicatos filiados a CONTAG, para cada uma destas categorias. Estas medidas são importantes para a cafeicultura, que possui uma das mais elevadas proporções de agricultores idosos, em virtude dos jovens não se encontrarem motivados para permanecerem no campo, e muitos considerarem penoso o trabalho agrícola. A localização da FETAGRO, em Ji-Paraná, favorece o atendimento das reivindicações dos agricultores familiares concentrados no centro do estado, que não apresenta grandes empresas agropecuárias em seu território, e conseqüentemente não possui um grande número de assalariados rurais.

A proposta do comércio justo, ético e solidário, engloba ainda ações como, a erradicação do trabalho escravo e infantil, a eliminação das discriminações de raça, gênero e religião, preservação da saúde e do meio-ambiente, respeito aos direitos trabalhistas, identidades históricas e culturais, locais e regionais. Atua também, sobre aspectos relativos à gestão do processo produtivo, como a eliminação da intermediação comercial especulativa, a garantia de pagamento justo aos pequenos produtores, o estímulo à criação de associações e cooperativas e a garantia de instrumentos destinados à obtenção de informações difundidas para todos os atores envolvidos. A grande maioria destas propostas enquadra-se nas prioridades dos agricultores familiares dedicados a cafeicultura no Centro de Rondônia.

A mobilização do trabalho feminino feito pela FETAGRO-RO e EMATER-RO, está em consonância com as orientações de Mohamed Yunus, um dos teóricos da economia solidária, que ressalta o fomento ao trabalho feminino, como forma imprescindível para o desenvolvimento rural, na medida que as mulheres estariam mais aptas a administrar os reduzidos recursos das populações de baixa renda, que estando fora dos circuitos comerciais,

sempre foram excluídas das operações de crédito, e ao receberem seus pequenos empréstimos, geralmente conseguem ser bem sucedidas, inserindo-se rapidamente nos circuitos comerciais. As iniciativas destas instituições são importantes na medida em que o trabalho feminino na cafeicultura de Rondônia não apresenta grande visibilidade, pois a mulher possui menos liberdade que o homem, que atua como provedor e administrador, não precisando permanecer em casa para cuidar de crianças e das demais tarefas domésticas. A mulher trabalha com o homem nas atividades agrícolas e também em atividades suplementares como a ordenha, caça e pesca, porém o seu trabalho é considerado apenas como uma forma de ajuda.

Com relação à utilização do trabalho infantil condenada pelos teóricos da economia solidária, observamos que os agricultores não concordam com os procedimentos adotados pelos comitês municipais encarregados da erradicação do uso desta mão-de-obra na cafeicultura. As reclamações são procedentes, pois não se trata de exploração do sobretrabalho infantil, comumente encontrado na agricultura empresarial, mas sim, da inserção de jovens na lógica da unidade de produção camponesa.

A incorporação do trabalho infantil na agricultura familiar foi constatada em entrevistas realizadas com alunos das escolas rurais locais, que informaram prazerosamente sua participação em diversas tarefas, como colheita de café, capina, cuidado com os irmãos, trato de animais, preparação de vasilhas e fervura de leite para fazer doces. Os agricultores familiares consideram a incorporação do trabalho infantil de vital importância para a continuidade deste modo de produção no Centro de Rondônia, onde as periódicas crises envolvendo a produção cafeeira desestimulam a permanência dos jovens no campo, fato agravado pelo grande número de agricultores que estão ingressando na terceira idade.

Com relação à dimensão ambiental enfatizada pelos teóricos do comércio justo, observamos que as organizações comunitárias dedicadas à cafeicultura orgânica participaram de iniciativas de preservação ambiental, esses eventos, no entanto, não impediram que em algumas propriedades os auditores estrangeiros encontrassem embalagens contendo agrotóxicos, em flagrante desrespeito as normas ditadas pela economia solidária.

Estes fatos mostram que apesar do caráter solidário preconizado pelos teóricos, os empreendedores do comércio justo e os cafeicultores orgânicos precisam adquirir maiores níveis de conscientização dos fundamentos básicos da proposta, como a dimensão ambiental e o fortalecimento do associativismo dos agricultores familiares na comercialização do produto. O não atendimento destes requisitos coloca em risco o sucesso dos projetos, enfraquecendo importante experimento alternativo utilizado na construção de uma globalização pautada pela redução das relações assimétricas entre as nações.

A baixa qualidade do café é um dos problemas mais importantes no centro de Rondônia, impedindo o produto de ter qualquer tipo de cotação no mercado. Neste sentido, as associações dedicadas à cafeicultura orgânica verificaram que a comercialização, era dificultada pelo grande número de defeitos, cerca de 400 a 500, não se enquadrando nos padrões mínimos da classificação oficial, iniciada pelo tipo 8, que admite até 360 defeitos.

Procurando reduzir a magnitude deste problema, a ACARAM (Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua), e a COOCARAM (Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Organizados para Ajuda Mútua), produziram e comercializaram o café orgânico do tipo 8, contando com o apoio do comércio justo, representado pela Fundação Max Havelaar, originária da Holanda. O referido processo envolveu cerca de 20 associações e 2000 agricultores familiares, que obtiveram um ganho real de 70% em relação ao preço fixado pelo mercado local, monopolizado em grande parte pelos intermediários capixabas e paranaenses, que possuem representantes nas principais cidades produtoras do centro de Rondônia.

Continuando sua expansão, a COOCARAM, em 2006, obteve um terreno doado pela Prefeitura e recursos para a construção de uma torrefação no Distrito Industrial de Ji-Paraná, e em conseqüência da redução do preço do café no mercado internacional, encerrou suas

exportações para a Max Havelaar, e invertendo suas estratégias de privilegiar exportações, iniciou uma parceria com a Cacique de Café Solúvel, destinada a atender ao mercado interno. Nesta negociação, a multinacional paga U\$ 140 dólares a saca de café, obedecendo aos preços estipulados pelo comércio justo. A empresa alega que não obtém lucro com esta transação, porém, lideranças da cooperativa afirmam que o negócio é utilizado como uma jogada de *marketing*, vinculando a imagem da empresa, à agricultura familiar, às práticas da cafeicultura orgânica e ao comércio justo. Permanecem dúvidas sobre a parceria da COOCARAM com a multinacional CACIQUE, pois dirigentes da cooperativa não estão convencidos dos reais propósitos da empresa. Neste sentido, concordamos com OLIVEIRA (1986), quando menciona a capacidade dos monopólios comerciais em criar vínculos de subordinação dos pequenos produtores aos interesses dos grandes empreendimentos capitalistas, dificuldades vivenciadas também pelos representantes do comércio justo e solidário.

Com o objetivo de atingir maior valor agregado à produção, a COOCARAM pretende incentivar também o plantio da variedade “arábica” no estado, selecionando áreas com relevo apropriado para o cultivo. A organização está adquirindo esta variedade no Paraná e em Minas Gerais. O fato representa uma outra mudança na orientação da COOCARAM, que visando garantir a continuidade de suas operações, está diversificando suas atividades, direcionando seus esforços para o cultivo e beneficiamento da variedade “arábica” ainda ausente da pauta socioeconômica do Centro de Rondônia.

Os procedimentos adotados pela COOCARAM estão inserindo a cooperativa na lógica empresarial das grandes corporações, ao contrário das iniciativas do projeto Padre Ezequiel, da Organização Terra Sem Males e da Associação de Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto D’Oeste, que privilegiam práticas camponesas. A FETAGRO (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia), também apóia iniciativas que contemplem os agricultores familiares, particularmente nas questões ambientais, pois, em parceria com a EMATER, colabora em projetos de recuperação de matas ciliares no centro do estado.

A iniciativa para a exportação de café em grande escala pelo comércio justo, enfrenta dificuldades, principalmente em relação às políticas adotadas pelos países líderes do comércio internacional, que contraditoriamente, apóiam procedimentos solidários para os países em desenvolvimento e paralelamente lançam mão de fortes subsídios para a proteção de sua atividade agropecuária. Como exemplo dessas contradições, destacamos as informações fornecidas pelo Centro para o Desenvolvimento Global (CGD), uma organização de estudos sediada em Washington, que elabora o Índice de Compromisso do Desenvolvimento. Assim, a Holanda, Dinamarca, Suécia, Noruega, Nova Zelândia, Austrália e Finlândia, em 2005, foram os países que mais ajudaram as áreas pobres na redução das desigualdades comerciais e nas iniciativas de proteção ao meio-ambiente, tornando-se também incentivadores e parceiros do comércio justo e solidário.

No entanto, segundo a instituição, apesar da melhoria do compromisso dos países ricos em ajudar o comércio igualitário, os subsídios concedidos pela Suíça, investindo U\$ 987,58 anuais na manutenção de uma vaca e U\$ 139,32 anuais na manutenção de um porco e somente U\$ 0,61 para uma pessoa pobre nas áreas em desenvolvimento, mostram os obstáculos a serem vencidos pelos defensores do comércio justo.

Apesar do caráter solidário preconizado pelos teóricos da proposta, as associações de agricultores familiares vinculadas ao comércio justo temem prejuízos decorrentes do aumento da demanda do café orgânico, pois nestas ocasiões os compradores procuram certificar o produto de médias e grandes propriedades do sudeste do país, particularmente do cerrado mineiro. Assim, verificamos que os representantes do comércio justo, nem sempre obedecem às recomendações de privilegiar os agricultores familiares, como no caso dos empresários

franceses da Altereco, que tiveram problemas com a Associação de Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto D'Oeste.

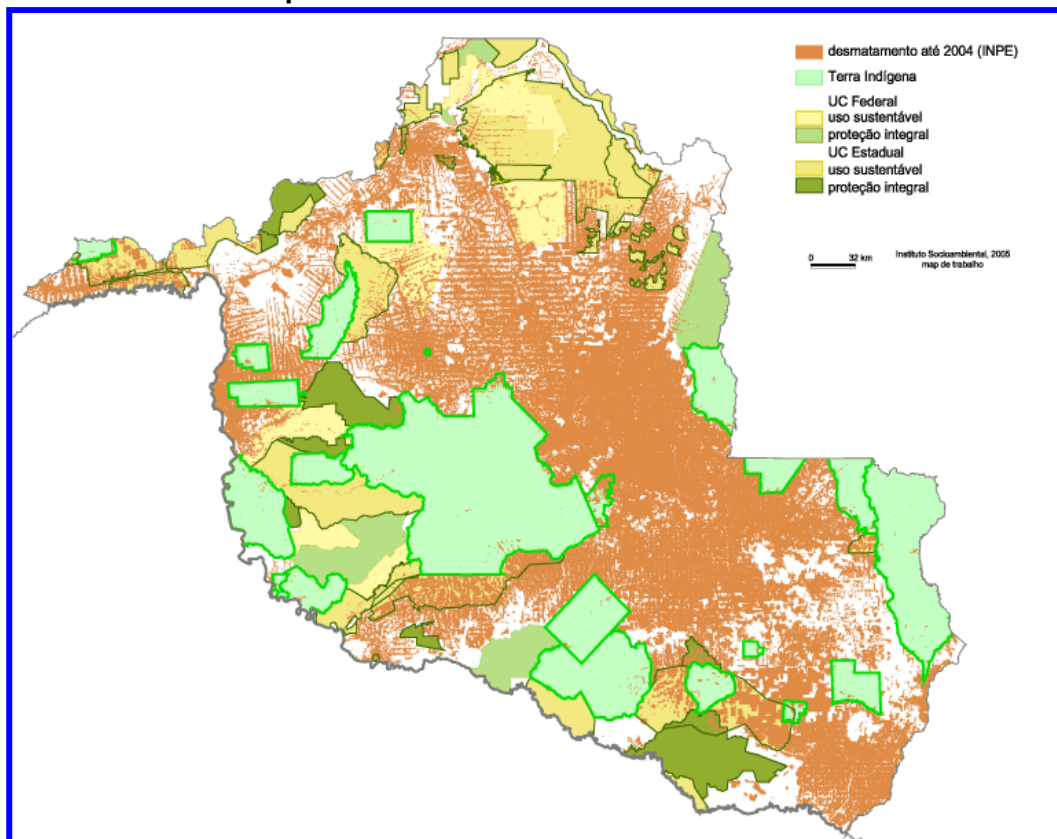
O comércio justo não funciona ainda articulado com os consumidores, enquanto representantes europeus visitam com freqüência as nossas áreas produtoras, os agricultores brasileiros raramente conseguem entrar em contato com setores agrícolas de outros países. Com o objetivo de aperfeiçoar o comércio justo as lideranças do setor, estão criando a Articulação Nacional de Produtores de Comércio Justo e Solidário com sede em Brasília, visando a elaboração do Sistema Nacional de Comércio Justo. Esta proposta é relevante, na medida que os produtores precisam ficar sintonizados com os movimentos dos mercados internos e externos, pois a exportação torna-se lucrativa quando os preços estão em queda, no entanto, quando há recuperação o movimento precisa ser revisto.

Com relação às dificuldades para o escoamento da produção, um dos dirigentes da Associação de Produtores Alternativos (APA), revelou que a organização realizou embarques de produtos orgânicos pelas instalações de Porto Velho, utilizando a Hidrovia do Madeira. Os embarques, porém não foram bem sucedidos, pois, ocorreram uma série de problemas com a Receita Federal, IBAMA e a Vigilância Sanitária, que acabaram deteriorando o café e o palmito, pois as viagens foram mais longas e onerosas que o previsto. Neste sentido, os produtores vinculados a APA preferem utilizar os portos do Centro-Sul, para o escoamento dos seus produtos, mostrando a incapacidade do comércio justo, em executar movimentos que consigam alterar a atual logística do transporte da produção cafeeira do Centro de Rondônia, prejudicial aos interesses dos agricultores familiares.

Realizando uma avaliação de caráter geral destas iniciativas, BECKER (2004), não menciona o funcionamento do comércio justo, porém, destaca a importância de empreendimentos, que podem ser considerados como projetos alternativos dos pequenos produtores, alguns apoiados inclusive pelo Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), que atinge cerca de 140 experimentos na Amazônia. Apesar da grande variedade destas iniciativas elas podem ser identificadas pelas seguintes características: distribuição pontual e dispersa, localizada em áreas alteradas próxima de estradas, contendo resíduos florestais, e aproveitamento das vivências dos agricultores oriundos de antigos projetos de colonização ou atuais assentamentos do INCRA.

A pesquisadora destaca a relevância destes projetos para a proteção da biodiversidade, constituindo-se em uma barreira contra a expansão do desmatamento, que no caso de Rondônia assume graves proporções (Mapa 2). No entanto, aponta problemas que impedem o desenvolvimento destes projetos, tais como: dificuldade de inserção no mercado em virtude de fragilidades gerenciais, baixa competitividade e uma característica pontual que produz eventos em escala reduzida.

Mapa 2: O desmatamento no Estado de Rondônia



Fonte: Governo do Estado de Rondônia, 2005
Organização: Jacob Binsztok e Giovanni R. de Macedo

Concordamos com as questões mencionadas por BECKER (2004), no entanto, ressaltamos que empreendimentos como a COOCARAM, conseguiram inserir-se no mercado externo e interno, por intermédio do comércio justo e da cafeicultura orgânica, ultrapassando os obstáculos citados pela pesquisadora. A expansão dos projetos alternativos na Amazônia sofre bloqueios impostos pela cadeia de intermediação, principalmente do café, onde existe um verdadeiro cartel na fixação de preços para o transporte do produto. Acrescenta-se o fato que empresas de exportação, sediadas nos municípios produtores, somente adquirem o café de maquinistas selecionados, que possuem armazéns localizados nas linhas de produção, confirmando observações de ABRAMOVAY (1992), sobre a presença de unidades de comercialização que privilegiadas pelas dificuldades de comunicação, transporte e informações dos produtos locais, conseguem bloquear a competição captando o produto, e antecipando o poder dos representantes do capital monopolista mercantil. A ocorrência deste fato mostra como é complexo para os pequenos produtores ultrapassarem os obstáculos impostos pela cadeia de intermediação.

Os setores mais significativos da cadeia de intermediação, além de possuírem representantes nas linhas de produção, também controlam sua distribuição, pois são proprietários de frotas de caminhões que transportam o café para ser beneficiado em cidades

do Norte do Paraná, Sul de Minas Gerais ou do Espírito Santo. No retorno, os caminhões são carregados de café da variedade “arábica” para serem processados por pequenas torrefadoras, ou então, transportam materiais de construção comercializados em grande escala em estabelecimentos locais, comprovando a elevado dinamismo deste setor no centro de Rondônia.

Os intermediários, em alguns casos, são antigos produtores de café de Rondônia, principalmente de Cacoal, originários em sua maioria de migrantes paranaenses e capixabas, que conseguiram fechar o circuito monopolista comercial, realizando uma unificação entre os negócios do campo e da cidade. É importante ressaltar, que o preço de uma carreta nova, está estimado entre 250 mil a 300 mil reais, fora do alcance das associações dos agricultores familiares, fortalecendo desta forma os monopólios e agravando a dependência dos produtores de café à hegemonia do capital comercial.

Uma das questões mais difíceis de serem equacionadas refere-se às dificuldades que as associações enfrentam em relação à comercialização dos produtos, pois são impedidas de realizar legalmente estas operações, fortalecendo a posição da cadeia monopolista. Assim, é importante destacar o posicionamento da EMATER-RO, que cooptou um antigo comerciante de café para os seus quadros, na tentativa de qualificar melhor as associações de produtores nas negociações com os intermediários. O técnico dedica-se ao aperfeiçoamento da comercialização, na tentativa de transformação destas organizações em cooperativas, pois com frequência os agricultores são vítimas de artimanhas montadas pelos intermediários.

Dilemas e perspectivas

As intervenções previstas pelos grandes projetos no estado de Rondônia, como a construção de hidroelétricas e hidrovias formando o Complexo do Madeira, não contemplam iniciativas destinadas a facilitar o escoamento da produção cafeeira dos agricultores familiares no Centro do estado. O fato mostra a reduzida capacidade de pressão deste setor, ao contrário dos exportadores de milho e soja, representados pelo Grupo Maggi e Cargill, que possuem terminais próprios construídos em Porto Velho, destinados ao escoamento dos produtos para o mercado internacional.

O quadro torna-se crítico, pois, não existe consenso entre as organizações representativas dos agricultores familiares sobre a necessidade de exportar o café pela Hidrovia do Madeira. Enquanto as lideranças da Associação dos Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto D'Oeste, embora reconhecendo as dificuldades, recomendam o escoamento para Porto Velho, no entanto, os dirigentes da COOCARAM concordam com a permanência dos portos de Paranaguá e Vitória, como exportadores do produto. A posição da cooperativa pode ser explicada pelas recentes mudanças ocorridas em suas diretrizes, decorrente da sua parceria com a Cacique e a instalação de uma torrefadora em Ji-Paraná, viabilizando o escoamento do seu produto para o Centro-Sul e enfraquecendo as reivindicações para a construção de um terminal cafeeiro nas instalações da capital do estado.

As negociações para a construção do terminal seriam realizadas com uma empresa pública de Rondônia proprietária dos terrenos e administradora das instalações portuárias. Estas negociações teriam que ser feitas diretamente com as associações, pois são conhecidas as resistências dos produtores em formar novos vínculos, na medida que possuem tradicionais elos com a cadeia de intermediação capixaba e paraense. A construção do terminal poderia provocar a ruptura de um ciclo vicioso alegado pelos exportadores, onde a produção de café do estado não apresenta infraestrutura, porque não tem escala, e não tem escala porque não possui infraestrutura adequada.

Para facilitar a exportação de café para o mercado internacional, recomendamos a realização de estudos de viabilidade para a construção de um terminal especializado localizado

nas instalações portuárias da capital do estado, pois existem áreas disponíveis e que podem ser cedidas para as Associações de Produtores e Cooperativas. As instalações portuárias seriam arrendadas durante um longo período por preços relativamente baixos para estas instituições, que ficariam encarregadas de operar o terminal cafeeiro. Além de exportar o produto pela Hidrovia do Madeira, o terminal receberia os insumos destinados aos produtores de café, em um procedimento similar ao que ocorre com a agricultura de grãos, que inclusive foi beneficiada com o financiamento do BNDES para a construção das instalações portuárias do Grupo Maggi.

Com o objetivo, ainda de aperfeiçoar o escoamento da produção de café, sugerimos que seja implantado um Programa destinado ao financiamento de caminhões para as Associações de Produtores e Cooperativas, que não se encontram capitalizadas para adquirir estes veículos, avaliados em torno de R\$ 250.000 a unidade, segundo informações obtidas de comerciantes locais.

Com relação às iniciativas de aperfeiçoamento da comercialização do café, destacamos a contribuição da COOCARAM, que priorizou a melhoria da qualidade, pois o produto não possuía cotação no mercado, em virtude do grande número de defeitos. Assim, a cooperativa traçou como principal meta para a cafeicultura orgânica, atingir o tipo 8, obtendo desta forma um adicional de 40% em relação ao preço local e melhorando significativamente a renda dos agricultores familiares.

O sistema de premiação anual concedido pela COOCARAM aos agricultores que se destacaram na melhoria da qualidade, também serviram de estímulo para o aumento do valor agregado do café. A safra comercializada pela COOCARAM em 2004 conseguiu atingir o tipo 7, apresentando 260 defeitos. Na safra de 2005, o produto alcançou os tipos 6 e 7 com 55 defeitos, revelando a capacidade da Cooperativa em conquistar mercados mais exigentes e vantajosos.

Recomendamos que as contribuições da COOCARAM para o aumento da qualidade do café, que conseguiu atingir o tipo 8, com 360 defeitos, obtendo pela primeira vez uma cotação no mercado, não fique restrita somente para os produtores orgânicos, mas que esta conquista seja ampliada para os convencionais, na medida que tais práticas adicionam uma renda substancial para os agricultores familiares.

Sugerimos ainda que a EMBRAPA, a EMATER, a FETAGRO, os Sindicatos, as Associações de Produtores e as Instituições Financeiras, tenham como prioridade elaborar um Programa destinado a difundir procedimentos para que toda a cafeicultura de Rondônia possa atingir o tipo 8 e conseqüentemente obter as mínimas cotações exigidas pelo mercado.

A integração da COOCARAM com a Cacique para o fornecimento de café orgânico revela o interesse do mercado global pelos produtos livres de pesticidas, hormônios, antibióticos, fertilizantes sintéticos, bioengenharia e radiação. No entanto, falta escala para o atendimento deste mercado, o que poderá acarretar no futuro pressões para realização de mudanças no sistema produtivo, exigindo maiores extensões de terra para o cumprimento de contratos de fornecimento, colocando em risco a continuidade dos agricultores familiares na produção de café orgânico.

Com o objetivo de manter a continuidade dos agricultores familiares na produção de café orgânico pressionados para o atendimento de demandas provenientes do mercado global, sugerimos a realização de um Zoneamento Agro-Ecológico para a Cafeicultura do Centro de Rondônia, mediante contribuições da EMBRAPA, CEPLAC, EMATER/RO e Associação de Agricultores Familiares, no sentido de identificar as áreas de melhor aptidão para o cultivo do produto na região.

Os agricultores reclamam da falta de reciprocidade na troca de informações, pois, enquanto os compradores europeus de café orgânico supervisionam regularmente a produção do Centro de Rondônia, os produtores locais nunca estiveram em contato com os consumidores, contribuindo para a manutenção de algumas características assimétricas no funcionamento do comércio justo. Para a ampliação das práticas recomendadas pelo comércio justo e conseqüentemente pela redução das condições assimétricas, que ainda caracterizam a comercialização do café orgânico, propomos que a COOCARAM e a APA por intermédio do SEBRAE/RO, organizem caravanas de agricultores familiares destinadas ao intercâmbio de informações com clientes nacionais e estrangeiros.

O modelo associativista do centro de Rondônia, é criticado pelos técnicos em virtude de sua lentidão na tomada de decisões, decorrente da pesada estrutura burocrática constituída por 12 associados na Diretoria Executiva e com 3 associados no Conselho Fiscal e 3 suplentes. Visando reduzir esta burocracia e torna-la mais ágil no atendimento das demandas dos agricultores familiares, propomos a diminuição do pessoal encarregado da gestão destas organizações constituindo Diretorias Executivas com máximo de seis associados e mantendo a atual estrutura do Conselho Fiscal e suplentes.

As “linhas” de produção de café dos municípios do Centro de Rondônia, são ainda designadas pelos números recebidos durante os primórdios dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) do INCRA, não permitindo a identificação das características sociais das comunidades locais.

Procurando ressaltar a identidade cultural destas comunidades, propomos a substituição da designação numérica das “linhas” realizada pelo INCRA, no período dos Projetos Integrados de Colonização (PIC), que não expressam o processo de ocupação e povoamento da região. Assim, as designações numéricas seriam substituídas pelos nomes dos atores que tenham se destacado no trabalho comunitário ou pelos locais de origem dos agricultores.

Empresários do sudeste motivados pela obrigatoriedade de mistura de 2% ao diesel mineral, a partir de 2008, e 5% em 2013, metas previstas no Programa Nacional de Biodiesel, estão percorrendo o Centro de Rondônia para viabilizarem projetos de energia renovável, que a pretexto de reduzir as emissões de carbono na atmosfera previsto pelo Protocolo de Kioto, além de atenderem estratégicos interesses financeiros, pois o país gasta U\$ 1,3 bilhões anualmente na importação de diesel e acrescentando o fato de que a região possui vastas áreas degradadas incluídas no denominado “Arco do Desmatamento” do IBAMA, tornando-se prioritárias para iniciativas vinculadas ao bio-diesel.

No caso do Centro de Rondônia, o grupo paulista H.Bio do setor sucro-alcooleiro, tenta expandir suas atividades na produção de biodiesel, procurando fomentar o cultivo da mamona por intermédio da Associações de Agricultores Familiares dedicados a cafeicultura. A empresa pretende construir uma destilaria na área de Cacoal para a produção e comercialização de biodiesel na rede de postos locais, aproveitando-se da posição estratégica do município, e beneficiando-se do elevado consumo de combustível no estado, dependente do transporte rodoviário realizado pela Br-364.

Com relação ao cultivo da mamona é relevante assinalar que se trata de uma planta tóxica para a alimentação do gado e do homem, por tanto incompatível com a policultura praticada pelos agricultores familiares, que geralmente possuem um pequeno rebanho como medida de proteção para as periódicas crises com que se defronta os produtos agrícolas, particularmente o café.

No entanto, outras variáveis estão contidas nestas iniciativas que precisam ser mencionadas, como o fato de que as empresas não procuram as associações pela proposta ambientalista dos projetos, nem tão pouco visando o fortalecimento dos agricultores familiares. O propósito desses grupos é obter a chancela das Associações, pois a Petrobrás detentora dos recursos para o financiamento dos projetos exige este requisito para a concessão do Certificado de Responsabilidade Social e Ambiental. A obtenção deste certificado não protege as

associações dos riscos decorrentes do controle exercido pelo capital monopolista agroindustrial, que por intermédio de longos contratos terá acesso a preços baixos capturando a renda da terra produzida pelos agricultores familiares anulando as vantagens pontuais obtidas pela cafeicultura orgânica e pelo comércio justo que conseguiram a redução do poder de pressão da cadeia de intermediários nacionais e internacionais.

Constatamos a presença de representantes de indústrias paulistas vinculados à implantação do Programa Nacional de Biodiesel, promovendo reuniões entre agricultores familiares, representantes da Prefeitura de Cacoal e da EMATER-RO, discutindo a viabilidade da implantação do cultivo da mamona. O financiamento para os produtores familiares seria proveniente do PRONAF e o grupo projeta em 2007 iniciar experimentalmente o cultivo de 300 ha de mamona. Nesse sentido, recomendamos que estas negociações sejam realizadas mediante a elaboração de um quadro dos impactos territoriais e ambientais deste cultivo, pois, desconhecemos seus efeitos sobre a fertilidade dos solos e nem estamos convencidos das vantagens e desvantagens do Programa Nacional de Biodiesel, para os agricultores familiares.

A rápida depredação dos recursos naturais do Centro de Rondônia, exaurindo o solo e os recursos hídricos, está contribuindo para a formação de movimentos migratórios intra-regionais, que estão ultrapassando as migrações provenientes de outras unidades da federação. Assim, verificamos que grupos de agricultores estão saindo do Centro de Rondônia e abrindo novas frentes no Norte de Mato-Grosso, na fronteira com o Amazonas e com o Acre e em outras cidades como Burity, colocando em risco a sustentabilidade ambiental de vastas áreas da Amazônia.

Tendo em vista a constante depredação dos recursos ambientais no Centro de Rondônia com graves impactos na fertilidade do solo e no manejo dos recursos hídricos, propomos o monitoramento, a fiscalização e a recuperação ambiental, a ser realizada por intermédio de Campanhas Ambientais Educativas, executadas por instituições governamentais e não-governamentais. Estas iniciativas devem conscientizar os agricultores dos prejuízos coletivos ocasionados pela utilização de agrotóxicos em cafezais previamente selecionados para o cultivo orgânico.

A legislação ambiental, embora amplamente divulgada e debatida pelas instituições governamentais e não-governamentais do Centro de Rondônia, apresenta dificuldade de implantação, pois se encontra bastante fragmentada. Neste sentido, sugerimos sua adequação às necessidades específicas dos agricultores familiares, privilegiando particularmente a reposição florestal e a recuperação das áreas de preservação permanente, esta adequação torna-se relevante, pois os agricultores familiares podem perfeitamente adaptar suas práticas agrícolas com procedimentos compatíveis de preservação do meio-ambiente.

A região é reconhecida pelo elevado potencial de seus recursos naturais e diversidade de suas paisagens, no entanto é praticamente desconhecida do turismo alternativo. É necessário o fortalecimento de políticas destinadas ao ecoturismo, que seriam realizadas com o apoio de instituições governamentais e não-governamentais. Neste particular seriam importantes a preservação e o tombamento do patrimônio representado por uma concentração de casas de madeira, existente na cidade de Cacoal que representam o início do processo de povoamento e colonização e que se encontram praticamente sem nenhum tipo de conservação e utilizadas para atividades comerciais. Estas iniciativas poderiam contar com o apoio das organizações associativistas, constituindo-se em importantes veículos para o aumento da geração de emprego e renda dos agricultores familiares.

As informações sobre o trabalho das instituições agro-ecológicas não estão sistematizadas, dificultando a divulgação de suas atividades e prejudicando o debate sobre o resultado destas importantes experiências. Visando a sistematização destas informações, recomendamos a criação de uma Rede de Difusão de Práticas de Agricultura Ecológica no Centro de Rondônia, sediada em Ji-Paraná, apoiada pela Diocese, contando também com a participação da FETAGRO-RO, EMATER-RO e das Organizações de Ajuda Mútua, na medida

em que estas instituições atendem o mesmo público. A criação da rede evitaria a dispersão das atividades que ainda são obrigadas a enfrentar o desafio das grandes distâncias, que separam os núcleos urbanos e das precárias condições de acesso das comunidades rurais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo agrário em questão. Hucitec – Ampocs – SP/RJ/Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 275 p.

BECKER, Bertha K. Amazônia. In: Série Princípios, São Paulo: Editora Ática. 1991. 112p

_____. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 168 p.

BINSZTOK, Jacob. Cacoal: campesinato e cafeicultura na fronteira agrícola do centro-leste de Rondônia. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Campus III UFPE. Petrolina: 2002. pp. 198-200

_____. Cacoal: a constituição de um campesinato na fronteira agrícola da Amazônia Meridional. In: Geographia, nº 10 – UFF. Niterói, 2003. pp. 07-23

_____. Camponeses de Rondônia. In: Revista Ciência Hoje, nº. 288, Vol. 38, Julho. São Paulo: SBPC, 2006. pp. 30-35.

_____. As diferenças sócio-espaciais dos produtores familiares dedicados ao cultivo de café na Amazônia. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. X, nº. 218, Agosto. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-02.htm>> [ISSN: 1138-9788]

COY, Martin. Cidades pioneiras e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Transformação Sócio-Econômica e Desafios para o Planejamento nas Frentes Pioneiras. Florianópolis-SC: Geosul nº. 19/20 – Ano X. 1995.

FREDERICO, Samuel. e CASTILLO, Ricardo Abib. Circuito Espacial Produtivo do Café e Competitividade Territorial no Brasil. In: Ciência Geográfica. Bauru 10, Vol 10 (3-setembro-2004). 2004. pp. 236-241

GRÜNINGER, Beat. URIARTE, Alex. Fair Trade: Uma Introdução e Algumas Considerações. In: FRANÇA, C. L. Comércio ético e solidário. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002 p. 67-75

IANNI, Octávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. 140 p

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Capítulos VI e XI. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 pp

KEMPER, Lourdes. Cacoal, sua história, sua gente. Goiânia-Goiás: Editora Grafopel, 2002. 232 pp.

MARTINS, José Souza. A militarização da questão Agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. 134 pp.

MARX, Karl. El Capital. Tomo III. Vol. 8. Livro Terceiro. México: SigloVeintiuno, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1986. 82 pp.

_____. Amazônia, monopólio, expropriação e conflito. Campinas: Papyrus, 1990.

_____. Integrar para não entregar. Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1991. 87 pp.

SAMPAIO, Felipe. FLORES, Murilo. b. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002. pp.13-28

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 pp.

SANTOS, Boaventura Souza. Para Ampliar o Cânone da Produção. IN: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. In: RODRIGUES, C. & SANTOS, B. S. (orgs.). Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77

SHANIN, Theodor. La Clase incômoda. Madri: Alianza Editorial, 1983.

SINGER, Paul Israel; SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360p

VENEZIANO, Wilson; OLIVEIRA S. J. M., Aspectos econômicos do café em Rondônia. <http://www.coffeebreak.com.br>, 2005.

Recebido em abril de 2007
Reenviado em junho de 2007
Aprovado em junho de 2007